

ALBERTO DA COSTA E SILVA, HISTORIADOR DA ÁFRICA*

João José Reis¹  

Universidade Federal da Bahia

Nas poucas palavras que seguem, busco apontar algumas das razões que fazem de Alberto da Costa e Silva um grande historiador, principalmente (embora não só), um “historiador da África e da África no Brasil”, como costumava se identificar.

A África entrou no foco dos interesses de Alberto da Costa e Silva desde que lera, nos conta ele em suas memórias, aos quinze anos de idade, o clássico de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*; e, em seguida, lia Nina Rodrigues e Manuel Querino. Embora nem sempre convergentes com suas interpretações, esses autores, sobretudo Freyre, são referências recorrentes em sua obra.

Alberto era um “viciado em África”, ele gostava de dizer, e até publicou livro no qual esse sentimento está registrado no título.² O vício vinha de longe, acabei de indicar. Como diplomata recém-formado, trabalhou no departamento comercial do Itamaraty, onde cuidava de assuntos africanos. Durante os anos que serviu como embaixador na Nigéria, entre 1979 e 1983, aprofundou seu interesse pelo continente que, conforme escreveu muitas vezes, faz fronteira com a costa leste do Brasil. Para nossa sorte, o diplomata virou historiador, mas não se importava, até gostava, que o historiador fosse chamado de embaixador.

Sobre história africana e história afro-brasileira, escreveu numerosos livros, ensaios e artigos, palestrou e deu muitas entrevistas. Dois volumosos tomos de uma trilogia (inacabada) sobre a África foram publicados em vida, já são clássicos e se tornaram, no Brasil, leitura obrigatória de especialistas,

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA.

2 Alberto da Costa e Silva, *O vício da África e outros vícios*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989.

de estudantes e do leitor em geral interessado em assuntos africanos. O primeiro livro, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses* (1ª edição, 1992), boa parte dele escrita em Lagos (“com cuidado, alegria e paixão”),³ quando embaixador, conta uma história, pouquíssimo conhecida entre nós, da África antes de o comércio negreiro tornar-se a modalidade mais recorrente de relações entre europeus (e seus descendentes) e africanos. O livro percorre um vastíssimo território onde conviviam, lado a lado, na paz e na guerra, reinos e impérios, comunidades pastoris e mercantis, sedentárias e nômades, lavradores, pastores, pescadores, caçadores, mercadores, griôs tradicionalistas e *scholars* muçulmanos.

O segundo volume, *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700* (1ª edição, 2002), detentor do Prêmio Jabuti em 2003, passa em revista os primeiros duzentos anos de duração do comércio transatlântico de cativos, aquele feito entre um e outro litoral da própria África, ou do continente para as ilhas atlânticas, para a Europa e, finalmente, o mais volumoso, para as colônias europeias das Américas. O livro discorre sobre o impacto do tráfico na África, mas, novidade entre nós, se detém na dinâmica interna de suas sociedades (algumas, aliás, pouco afetadas pelo negócio negreiro), em particular as diferentes manifestações da escravidão nelas, conforme anunciado no subtítulo do volume.⁴

Em 2012, o historiador publicou *Imagens da África*, uma coletânea de fontes primárias que reúne trechos de relatos, percepções, notícias (e muitas “incompreensões”) que vêm desde a Antiguidade (lá está Heródoto) até o final do século XIX, com cuidadosas anotações explicativas dos textos, contextos e seus autores. Um grande número destes últimos comparece à narrativa do historiador nos dois volumes de sua história da África. *Imagens da África* é excelente instrumento de trabalho em sala de aula, agora que, embora tardiamente, a história africana tem

3 Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 716.

4 O terceiro volume da trilogia, que cobre os séculos XVIII e XIX, não foi concluído, mas o que Costa e Silva deixou escrito antes de nos deixar deverá ser publicado oportunamente, é o que esperamos.

lugar obrigatório nos currículos escolares, como sempre teve a história europeia, e não apenas a de nossa antiga metrópole, Portugal.

Na apresentação que fiz à segunda edição de *A manilha e o libambo*, eu perguntava como era possível organizar com sucesso uma narrativa para período tão largo e a tratar de região tão dilatada, complexa e diversa. Um livro que, por sinal, foi considerado “*remarkable and brilliant*” pelo renomado africanista John Thornton, que o declarou mais atualizado e bem urdido do que o volume equivalente da *História Geral da África*, da UNESCO (1992, edição em inglês; e 2010, a brasileira).⁵ Nas suas 1071 páginas, o livro de Costa e Silva combina conhecimento aprofundado, método investigativo, invejável capacidade de síntese e estilo narrativo cativante. Isso vale para ambos os volumes, aliás.

A erudição bibliográfica é o primeiro e talvez o principal ingrediente de sua obra. Mas, ao contrário de muitos pesquisadores que enchem suas notas de rodapé sem ler direito – ou sequer ler – o que ali referencia, nosso historiador demonstra ter sido leitor metuculoso e crítico. Ele compara pontos de vista, polemiza quando dados e argumentos não o convencem, desafia interpretações com a ajuda de fontes contemporâneas, comenta essas fontes apontando os interesses de quem e para quem foram produzidas; enfim, aponta as circunstâncias políticas e outras que condicionaram seus autores, e só então avalia a originalidade e a fidelidade aos fatos, contextos e processos. Esse procedimento erudito fez do historiador um intérprete do passado, não apenas um narrador indiferente, positivista dos fatos. Alberto escrevia a história como processo, a história repleta de contradições, história à altura dos mais consagrados métodos da disciplina. Uma palavra, porém, poderia sintetizar como praticava seu ofício de historiador: criatividade. Onde não há imaginação, não há História, assim pensava.

Em História, a principal matéria-prima da imaginação serão as fontes. Além de numerosas fontes secundárias (aquelas escritas por outros

5 John Thornton, “Resenha de *A manilha e o libambo*”, *The International Journal of African Historical Studies*, v. 35, n. 2-3 (2002), pp. 601-602, [DOI](#).

historiadores) e de fontes primárias publicadas (com destaque para a literatura de viagem), Alberto lançava mão, no conjunto de sua obra, de artefatos arqueológicos, iconográficos e outros, às vezes reproduzidos em catálogos e livros especializados, ou expostos em museus, e nestes diretamente observados por ele. As imagens não servem apenas para ilustrar o texto, mas como fonte alternativa e complementar à fonte escrita. Fazia de fonte as iconografias africanas, europeias, árabes registradas em marfim, cerâmica, metal, madeira, papel, tela, tecido. Sua narrativa também resultava de notas sobre a arquitetura e as paisagens da cidade e do campo, lugares que o historiador admirou, visitou e percorreu. Acrescentem-se, ainda no rol de suas fontes, conversas com pessoas às vezes detentoras de tradições orais velhíssimas, fontes imprescindíveis aos historiadores da África.

Alberto era partidário da África, e não poupava os europeus quanto ao papel nefasto que ali desempenharam ao longo dos séculos. Mas esse papel não é salientado para pintar um retrato romântico da África anterior ao assalto europeu, nem para pôr a África num lugar de vítima inerte. O historiador explica as sociedades complexas que os africanos já tinham criado anteriormente ao contato com os europeus, seus sistemas políticos sofisticados, sua organização em sociedades estratificadas e muitas vezes opressivas, seus impérios conquistadores, reinos, governos, classes e inteligência comprometidos com a escravidão ou com a liberdade. A escravidão, em suas diversas formas, não fora inventada na África pelo europeu. Nem fora o tráfico, que figurava como atividade havia muito estabelecida entre africanos e árabes quando os portugueses nele se iniciaram no final do século XV. Com o tempo, portugueses e outros europeus terminariam por sugar para as praias do Atlântico a maior parte da mercadoria humana antes negociada através do Saara, em demanda ao norte da África ou ao Oriente Médio, com frequência atravessando o Índico para incorporar outro continente ao sistema de predação da força de trabalho africana.

Muito se aprende na obra africanista de Alberto da Costa e Silva sobre a África, mas também sobre o Brasil. A história da África – o historiador insistia a cada palestra, entrevista, artigo, livro – é também a nossa

história: lembrava sempre ele que o país esteve mais tempo (quase quatro séculos) sob o regime escravocrata do que sem ele (apenas 136 anos, em 2024).

Sobre o papel do africano escravizado em nossa formação, e mote para seus escritos afro-brasileiros, eis uma passagem das mais eloquentes, e ideia amiúde reiterada em sua obra escrita e suas falas:

que dele não esquecêsemos o exílio forçado, a humilhação e o sofrimento, mas que também lembrássemos a criatividade com que se deu a uma terra que logo fez sua, ocupou com seu trabalho e encharcou de beleza. Seríamos não só injustos e ingratos, mas também não merecedores de seu exílio, de sua humilhação e de seu sofrimento, se olvidássemos o papel enorme e decisivo do escravo na construção do Brasil. Se alguém merece ser o herói nacional deste país, este alguém é ele.⁶

Dois trabalhos de Alberto insistem nessa tecla, *Um rio chamado Atlântico* (1ª edição, 2003) e alguns dos capítulos em *Das mãos do oleiro* (1ª edição, 2005). Neles, reuniu ensaios e artigos, crônicas, palestras, escritos dispersos em revistas especializadas e jornais, além de trabalhos inéditos apresentados em seminários acadêmicos. Variam quanto ao grau de aprofundamento e alguns temas se repetem, pois, conforme advertiu, quis republicá-los sem revisão, cortes ou acréscimos, exceto abafar um ruído estilístico aqui, outro acolá. As repetições servem a que o leitor entenda quais temas são recorrentes em sua produção, a exemplo dos embates anglo-brasileiros em torno da proibição do tráfico (e o historiador se transforma no diplomata que castiga os ingleses pela arrogância com que tratavam seu país); a formação e a dinâmica das comunidades brasileiras (ou agudás) na África Ocidental; o reconhecimento precoce de nossa independência por potentados africanos; a influência do jihad fulani na revolta baiana de 1835 (que ganhou um estudo crítico a este que aqui escreve), entre outros temas. Em uns mais do que em outros, o leitor encontrará valiosas pistas, hipóteses de trabalho, sugestões de pesquisa,

6 Alberto da Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003, p. 164.

muita coisa a ser aprofundada, às vezes roteiros de investigação em arquivos escritos e orais no Brasil, na Europa e na África. Alberto tinha plena consciência, até se orgulhava, do seu papel de guia, de orientador de temas africanistas. No prefácio de *Um rio chamado Atlântico*, escreveu que seus ensaios eram “sugestões para pesquisas que nunca pude fazer e para as quais, se me sobra disposição, me faltam os anos.”⁷

No entanto, devido às datas em que muitos dos seus ensaios e notas foram originalmente escritos, diversas de suas “sugestões para pesquisa” a respeito da África no Brasil, algumas de pequeníssima escala de observação, já tinham sido de alguma forma satisfeitas pela historiografia da escravidão: a influência angolana na arquitetura de casas e senzalas escravas; a formação das nações africanas (jejes, nagôs, angolas, minas etc.); o complexo ritual e a alegoria festiva das congadas; o exame da *esusu*, associação de crédito iorubá como base para as juntas de alforria, sobretudo na Bahia; o tráfico, seus números, organização e mesmo o navio negreiro, essa entidade sinistra, além de sua repressão, destacando a participação inglesa nisso; a lógica africana (ao lado da senhorial) na formação da família escrava; a circulação de viajantes africanos pelas duas margens do Atlântico, entre outros assuntos. O historiador teria talvez menos do que reclamar se fosse reescrever, hoje, aqueles dois livros. Ou, mais provavelmente, reclamaria da falta de outras frentes de investigação. Assim era ele, não dava descanso à sua criatividade, tampouco daria a nós historiadores.

Não se pense que, por sua insistência em trazer a África para a história do Brasil, o embaixador fosse um afrocentrista inflexível. Ele se situava melhor na tradição que reivindica para a história e a cultura afro-brasileiras uma característica de síntese, de entrecruzamentos, coisa que teria aprendido na juventude quando entrou em contato pela primeira vez com a obra de Gilberto Freyre, uma influência duradoura e por ele reconhecida recorrentemente, repito. Permeia sua obra o que hoje se prefere chamar “crioulização”, ideia sistematizada na década de 1970 pelos antropólogos Sidney Mintz e Richard Price para entender

7 Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico*, p. 8.

processos de contato, nas Américas, entre os variados grupos étnicos africanos entre si, e destes com europeus e indígenas, gerando culturas afro-americanas singulares.⁸ Atenta-se, nesse sentido, tanto para continuidades como para rupturas, o que de africano ficou e o que se perdeu, e os porquês da retenção e do esquecimento, em ambos os casos estratégias em geral acionadas para melhor enfrentar a opressão escravista. Desta forma, Alberto escreveu sobre um escravo hipotético (de nação pepel ou bijagó) que, no Maranhão, fosse ao encontro de fons na venerável Casa das Minas, e lá se tornasse “culturalmente ‘mina’, não um mina da costa do Togo, mas um ‘mina’ do Maranhão”.⁹ Ou quando discorria, em vários ensaios e crônicas, sobre o brasileiroamento dos libertos retornados à África – a Acra, Agué, Uidá (Ouidah, Ajudá), Porto Novo, Lagos –, onde dariam prosseguimento a muitos aspectos da cultura material e imaterial aprendidas, e por eles mesmos recriadas, no Brasil.

Alberto não ligava para rótulos acadêmicos, e eu o acompanho nesse ponto. Contudo, me permitam apontar que estava – sem precisar anunciá-lo ele próprio – em sintonia com concepções de proa nos assuntos sobre os quais discorria. Além da ideia de criouliização, encontramos em seus escritos, obstinadamente, a abordagem da história atlântica e a perspectiva da micro-história, ambas tão em voga nos dias que correm. Seguindo os passos de Pierre Verger – outro avesso a rótulos acadêmicos –, era uma história atlântica aquela que perseguia em seu projeto historiográfico: estudava as duas margens do oceano para melhor entender suas histórias, diferentes, mas mutuamente influenciadas, profundamente conectadas e complementares. Este é o exato sentido de ele chamar de rio o oceano Atlântico, buscando assim diminuir a larga distância que separa a África do Brasil.

Da mesma forma, encontram-se na sua obra numerosos exercícios de micro-história, porque Alberto entendia, como os melhores praticantes

8 Sidney W. Mintz e Richard Price, *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Perspective*, Boston: Beacon Press, 1992.

9 Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico*, p. 81.

do método, que a investigação de um detalhe pode levar com mais nitidez à compreensão de processos (ou contextos) de dimensões mais amplas, enormes às vezes, sendo este seu alvo último. Exemplo disso é a notícia que deu sobre a venda de alcorões no Rio de Janeiro na segunda metade do Oitocentos, para daí estudar a influência da África muçulmana (mais especificamente, o Sudão Central) no Brasil, e em particular o sentido do letramento árabe numa sociedade escravista. Experimentando a história em sua escala ainda mais reduzida, a da biografia, vamos encontrar o historiador a traçar perfis, rápidos que sejam, de personagens que circularam através do Atlântico, juntando suas duas margens num sistema de trocas culturais, econômicas, emocionais e outras.

Um trabalho mais alentado nessa escala de análise é a trajetória que traçou de Francisco Félix de Souza, o poderoso comerciante, provavelmente baiano, que, na primeira metade do século XIX, controlou boa parte do tráfico negreiro para o Brasil, sobretudo para a Bahia, desde a Costa da Mina, o litoral da baía de Benim também conhecido como Costa dos Escravos. De sua base em Uidá, Francisco Félix, com o título de Chachá, se fez o principal comissário do rei Guezo do Daomé. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos* (1ª edição, 2004) é importantíssimo para se conhecer um dos períodos mais dramáticos do tráfico naquela região e no interior mais profundo da Costa da Mina, onde, naquela altura, guerras santas muçulmanas e santos guerreiros pagãos – a exemplo de Ogum – alimentavam com suas vítimas o tráfico baiano e cubano, principalmente. Esse livro é a principal fonte para se conhecer esse “personagem de um medonho pesadelo”,¹⁰ que ao lado do espanhol Pedro Blanco, foram os gigantes do infame comércio nas três décadas anteriores à sua abolição no Brasil, e posteriormente em Cuba, então colônia espanhola, para onde seguiam os cativos de Pedro Blanco (e não poucos os do próprio Chachá).¹¹

10 Alberto da Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2004, p. 175.

11 Sobre Pedro Blanco, ver José Luciano Franco, *Comercio clandestino de esclavos*, Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1980, pp. 236-245; José Antonio Piqueras, *Negros españoles en el tráfico y en los capitales esclavistas*, Madrid: Catarata,

Acrescente-se, da lavra de Costa e Silva como biógrafo, o belíssimo *Castro Alves: um poeta sempre jovem* (1ª edição, 2006), livro para o grande público, mas devidamente calibrado em informações e juízos para o mais reduzido número de estudiosos da história literária e do abolicionismo. Neste livro, a graça do literato e a ciência do historiador convergem para pintar um retrato sensível, embora às vezes crítico, do “poeta dos escravos” — crítico, por exemplo, quando aponta o acentuado orientalismo de versos que idealizam a África dos cativos brasileiros como continente desértico, terra de sol e areia, terra desprovida de florestas e suas sombras. A África dos cativos aqui desembarcados era outra, feita sobretudo de mangues, florestas e savanas.

A obra historiográfica de Alberto da Costa e Silva caracteriza-se pela erudição bibliográfica, a elegância interpretativa, o domínio das fontes. Seus livros não apenas contam o desenrolar de processos econômicos, sociais, culturais e políticos – são aulas de metodologia da reflexão histórica, em que as diversas perspectivas, os numerosos autores, suas fontes e argumentos são dissecados e comparados, resultando num exercício de compreensão que entusiasma. Mas não é uma atitude apenas intelectual do historiador diante de um alvo paralisado de estudo. Faz parte de seu aprendizado e de sua atitude uma relação de empatia pessoal, de aproximação humana, de deslumbramento estético e engajamento emocional. Vejam como, diminuído, ele fala das roupas nigerianas:

Diante da tristeza de nossos ternos e da economia dos vestidos escorridos de nossas mulheres, a abundância de panos – sedas algodões, damascos, veludos – com que se trajavam de alegria nigerianos e nigerianas, e os bordados que lhes enfeitavam os decotes, e os turbantes, casquetes, gorros e chapéus emplumados que lhes cobriam as cabeças não permitiam dúvida sobre a derrota europeia em matéria de roupa.¹²

2021; Manuel Barcia e Effie Kesidou, “Innovation and Entrepreneurship as Strategies for Success Among Cuban-based Firms in the Late Years of the Transatlantic Slave Trade”, *Business History*, v. 60, n. 4 (2017), pp. 542-561, [DOI](#).

12 Alberto da Costa e Silva, *Das mãos do oleiro: aproximações*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 215. Não foi o primeiro diplomata brasileiro na África a expressar

Apenas um trecho, entre muitos escritos com o mesmo sentimento de afeição e predileção pela África.

A historiografia do homenageado – uma vez escrevi – flui, engaja, entretém, empolga, ao mesmo tempo que ensina. O seu jeito de escrever, já disse, sobressai. E Alberto o assume. No posfácio à segunda edição de *A enxada e a lança*, escreveu que não oferecia ao leitor uma obra mais largamente revista e ampliada do que a anteriormente publicada para “que não trouxesse sacrifícios para o andamento harmonioso do texto e o equilíbrio de suas formas”.¹³ Embora o estilo narrativo seja, há algum tempo, uma preocupação dos historiadores, raros são aqueles com tamanho zelo e esmero, talvez por ser Alberto também poeta – o poeta da historiografia brasileira.

doi: 10.9771/aa.v0i70.65822

deslumbramento estético pela mesma cena. Antes dele, assim escreveu o primeiro embaixador negro do Brasil sobre a gente de Gana: “gosta de cores espetaculares, seus trajes típicos são de uma beleza e riqueza únicas.” Raymundo Souza Dantas, *África difícil (Missão Condenada: Diário)*, Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965, p. 34.

13 Costa e Silva, *A enxada e a lança*, p. 647.